

e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.»

18 — Constituição do Júri — o júri terá a constituição que a seguir se refere, sendo o respectivo presidente substituído nas suas faltas e ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo:

Presidente do júri — Hélder de Jesus Gil, chefe da Divisão de Desempenho e Qualificação Ambiental da Agência Portuguesa do Ambiente.
Vogais efectivos:

1.ª Natália Maria Domingos da Silva Faisco, Assessora.

2.ª Maria Manuela Ramos Barros Amorim, Técnica Especialista Principal.

Vogais suplentes:

1.ª Maria do Carmo Ramalho Figueira Palma, chefe de Divisão do Gabinete de Estratégias e Riscos Ambientais.

2.ª Pedro Manuel Ducla Soares Sottomayor Cardia, Técnico Superior de 1.ª Classe.

29 de Setembro de 2008. — A Directora de Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Maria Luisa Araújo Proença*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 24846/2008

Por despacho de 24 de Setembro de 2008, da Senhora Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretária-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva, do Sr. Eng.º António José de Magalhães Cardoso, na categoria de Assessor Principal da carreira Técnica Superior, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produzindo a nova categoria efeitos a 1 de Março de 2001 e efeitos remuneratórios à data da cessação da comissão de serviço.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.

Deliberação n.º 2651/2008

Nos termos dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e atento o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º da lei Quadro dos Institutos Públicos, o Conselho Directivo do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional deliberou definir o modelo de direcção da actividade dos vários serviços do IFDR.

Para a definição desse modelo o Conselho Directivo teve em conta a natureza das funções que o IFDR exerce no âmbito da aplicação dos Fundos Estruturais e de Coesão e na necessidade de salvaguardar uma adequada separação de funções, designadamente no que se refere a auditoria, certificação, pagamentos, gestão do PO Assistência Técnica, nos vários níveis de decisão.

Assim, o Conselho Directivo deliberou o seguinte:

1 — Delegar no Presidente, Eng.º José dos Santos Soeiro, a direcção da actividade dos seguintes serviços:

- Núcleo de Auditoria Interna, quando constituído;
- Núcleo de Comunicação;
- Unidade de Sistemas de Informação;
- Unidade de Controlo e Auditoria.

2 — Delegar na Vice-Presidente, Dra. Dina Ferreira, a direcção da actividade dos seguintes serviços:

- Unidade de Coordenação Financeira;
- Unidade de Coordenação da Gestão Operacional, excepto no que respeita aos processos de validação de despesa;
- Unidade de Certificação.

3 — Delegar no Vice-Presidente, Dr. Eliseu Fernandes, a direcção da actividade dos seguintes serviços:

- Unidade de Apoio à Gestão Institucional;
- Núcleo de Apoio Jurídico e Contenciosos;
- Núcleo de Documentação Técnica.

4 — Delegar na directora da Unidade de Coordenação da Gestão Operacional a competência relativa aos processos de validação de despesa que decorrem da actividade desta Unidade.

5 — Sem prejuízo do disposto na alínea c) do ponto 1 a coordenação dos trabalhos relacionados com o SIFEC e, de um modo geral, a orientação da actividade da Equipa de Projecto SIFEC é assegurada pela Vice-Presidente, Dra. Dina Ferreira.

6 — A presente deliberação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

21 de Maio de 2007. — O Presidente, *José Santos Soeiro*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 24847/2008

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço e pelo período de três anos, após procedimento concursal, para o cargo de Director do Gabinete Técnico Pericial, da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a licenciada Maria da Graça Domingues Mariano Marques Fernandes.

A escolha, efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da legislação supra mencionada, recaiu na Técnica Superior Maria da Graça Domingues Mariano Marques Fernandes, por apresentar um *curriculum vitae* demonstrativo da larga experiência em funções relacionadas com a área posta a concurso, revelando sólidos conhecimentos e domínio das matérias das diversas áreas de competência e actuação da ASAE, por reunir elevadas competências de liderança, ter demonstrado grande capacidade de decisão e iniciativa e níveis de motivação elevados.

A nomeação produz efeitos a 23 de Junho de 2008.

24 de Setembro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

Síntese Curricular

1 — Identificação:

Nome — Maria da Graça Domingues Mariano Marques Fernandes.

2 — Data e local de nascimento — 11 de Julho de 1967, Almada.

3 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Medicina Veterinária na Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa (1993);

Mestrado em Saúde Pública Veterinária (2007).

4 — Carreira profissional na Administração Pública:

Desde Agosto de 2007, por despacho do Sr. Inspector-geral da ASAE, Directora de Serviços do Gabinete Técnico e Pericial na Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;

De 2005 a 2007, Chefe da Divisão de Saúde Pública Veterinária da Direcção de Serviços de Higiene Pública Veterinária na Direcção-Geral de Veterinária;

De 2000 a Fevereiro de 2005, Coordenadora da Inspeção Sanitária da DIVO, na Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (DRARO);

De 1993 a 2000, Inspectora sanitária nos estabelecimentos de abate e de desmancha da área de jurisdição da DRARO.

5 — Formação complementar:

“Training Course on Monitoring and Controls of Zoonoses and Microbiological Criteria in Foodstuffs”, DG-SANCO, Junho de 2007;

Curso de “Formação em Gestão Pública-Forgep”, INA, 2006;

“Auditing HACCP Systems”, DG-SANCO, Setembro de 2006;

Curso de Formação Profissional “SIADAP”, Julho de 2006;

Curso de Formação de Formadores de Manipuladores de Alimentos, Maio de 2004;

Acção de Formação “Código do Processo Administrativo”, Março de 2003;

Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, 2003;

Curso Intensivo de 48 horas “HACCP”, “The Royal Institute Public Health and Hygiene”;